

DISCURSOS E
PRÁTICAS DE
LETRAMENTO

PESQUISA
ETNOGRÁFICA E
FORMAÇÃO DE
PROFESSORES

IZABEL MAGALHÃES (ORG.)

DISCURSOS E
PRÁTICAS DE
LETRAMENTO

PESQUISA
ETNOGRÁFICA E
FORMAÇÃO DE
PROFESSORES



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Discursos e práticas de letramento : pesquisa etnográfica e formação de professores / Izabel Magalhães (org.). -- Campinas, SP : Mercado de Letras, 2012. -- (Coleção Letramento, Educação e Sociedade)

Vários autores.

ISBN 978-85-7591-246-1

1. Escrita 2. Interdisciplinaridade na educação 3. Leitura 4. Letramento
5. Linguística aplicada 6. Professores – Formação I. Magalhães, Izabel. II. Série.

12-12927

CDD-418

Índices para catálogo sistemático:

1. Interdisciplinaridade : Linguística aplicada 418
2. Pesquisa interdisciplinar : Linguística aplicada 418

capa e gerência editorial: Vande Rotta Gomide
preparação dos originais: Editora Mercado de Letras

Conselho Editorial

Angela B. Kleiman (Unicamp)
Izabel Magalhães (UnB)

DIREITOS RESERVADOS PARA A LÍNGUA PORTUGUESA:

© **MERCADO DE LETRAS EDIÇÕES E LIVRARIA LTDA.**

Rua João da Cruz e Souza, 53

Telefax: (19) 3241-7514 – CEP 13070-116

Campinas SP Brasil

www.mercado-de-letras.com.br

livros@mercado-de-letras.com.br

1ª edição

novembro/2012

IMPRESSÃO DIGITAL

– IMPRESSO NO BRASIL –

Esta obra está protegida pela Lei 9610/98.
É proibida sua reprodução parcial ou total
sem a autorização prévia do Editor. O infrator
estará sujeito às penalidades previstas na Lei.

SUMÁRIO

Introdução	7
<i>Izabel Magalhães</i>	

Primeira Parte – Sociedade e Letramento

Letramento, intertextualidade e prática social crítica.	17
<i>Izabel Magalhães</i>	

Eventos de letramento e práticas de letramento: teoria e prática nos Novos Estudos do Letramento.	69
<i>Brian Street</i>	

A dialética do discurso	93
<i>Norman Fairclough</i>	

Segunda Parte – Letramento e Pesquisa Etnográfica

A construção de uma abordagem crítica, dialógica para a pesquisa sobre o letramento multilíngue – diários de participantes e entrevistas	111
<i>Kathryn Jones, Marilyn Martin-Jones, Arvind Bhatt</i>	

Letramentos e identidades no Ensino Especial.	159
<i>Izabel Magalhães</i>	

Usos e valores da leitura e da escrita em duas localidades urbanas socioeconomicamente diferenciadas	195
<i>Guilherme Rios</i>	

Práticas de letramento e a construção discursiva das identidades no contexto virtual de ensino do português	227
<i>Christine Carvalho</i>	

Terceira Parte – Formação de Professores

Invertendo a lógica do projeto escolar de esclarecer o ignorante em matéria de língua.	271
<i>Inês Signorini</i>	

O discurso do Projeto Paranoá de Alfabetização de Jovens e Adultos – o alfabetizando e a alfabetizanda como sujeitos de poder, saber e amor	289
<i>Renato Hilário dos Reis</i>	

A alfabetização de jovens e adultos: princípios do ensino dialógico para a formação de cidadãos e cidadãs críticos	313
<i>Silviane Barbato</i>	

Sobre os autores.	335
---------------------------	-----

INTRODUÇÃO

Izabel Magalhães

Embora o país esteja atravessando um momento de transformações em diversos aspectos que são visíveis na área da educação, e especificamente no ensino de línguas, incluindo-se aí o português, há questões que merecem um debate em relação à herança cultural e ao presente. A herança cultural impõe um autoritarismo que ainda se faz notar nas salas de aula com carteiras enfileiradas, num discurso semiótico dominado pela mesa do professor ou da professora, que continua com um peso de autoridade inegável. Porém, é possível notar que educandos e educandas atuais apresentam demandas que muitas vezes deixam de ser contempladas. Paira no ar uma desmotivação que incomoda a quem quer que conheça a situação.

Examinando questões relacionadas ao ensino de línguas, e particularmente da leitura e da escrita em língua portuguesa, este livro aborda temas relacionados ao letramento, ao discurso e à formação

de professores, dirigindo-se a professores e professoras, estudantes e especialistas. Não se trata de questões novas entre nós, pois algumas já são debatidas há algum tempo. Por exemplo, na apresentação do *Projeto Pró-Leitura na Formação do Professor*, do Ministério da Educação e do Desporto/Secretaria de Educação Fundamental (1996), registra-se uma preocupação em “tornar o Brasil uma sociedade leitora”. Porém, há aí o reconhecimento de que a mera popularização do tema “não se tem revelado suficiente a ponto de desencadear uma mudança nas práticas de leitura de densa maioria da população brasileira” (p. 8).

Há que se considerar também os resultados dos exames nacionais realizados pelo Ministério da Educação e do Desporto. Tanto o Enem como o Saeb apresentam resultados pífios. Em relação ao Saeb, comenta Bortoni-Ricardo (2005, p. 12): “Na edição de 2003 do mesmo exame houve alguma melhora nas médias, mas só em algumas regiões a diferença é estatisticamente relevante.” Conforme apontam os resultados dos exames, há uma relação forte entre pobreza e baixo rendimento educacional. A melhora, como admite Bortoni-Ricardo, não dá para comemorar.

Contudo, educadores do Ceará estão animados com o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), que foi criado pelo governo federal em 2006. Promovendo um debate sobre os resultados do Ideb, o jornal *O Povo*, de 10 de julho de 2010 (p. 7), diz: “Passou de 19 para 24 o número de municípios que têm escolas entre as 50 maiores médias do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) no Estado.” Isso significa um aumento de apenas cinco municípios. Além disso, são 24 municípios entre as 50, e não entre as 25 ou 30 médias mais altas. Portanto, mesmo considerando que é um resultado positivo, pode-se dizer que é pouco. Isso significa que a mudança necessária nas escolas e no ensino é ainda insuficiente.

Em parte, o problema está ligado à idealização das concepções de leitura e escrita (Capítulo 1). Na maioria das escolas ainda predomina um discurso de letramento tradicional que se relaciona com outros, estabelecendo uma interdiscursividade que não favorece o ensino (Capítulo 5). Em oposição a essas concepções, Grillo (1989, p. 8) sugere que “o letramento é um tipo de prática comunicativa”,¹ situando-o no contexto da pesquisa etnográfica das práticas comunicativas em diversos contextos sociais. Concordando com Grillo, Street (1995, p. 3) argumenta pela mudança nos estudos do letramento, de idealizações para “uma concepção concreta de práticas de letramento em contextos sociais *reais*”. Esse é o letramento ideológico de que nos fala Street (Capítulos 1 e 2).

Situado no contexto sociocultural, o letramento é diversificado, plural, organizado em gêneros discursivos particulares, e isso precisa ser lembrado no processo de formação de professores (Capítulo 10). Os gêneros selecionados para o trabalho em sala de aula vão depender das demandas do grupo particular e de sua realidade cultural (Capítulos 6, 8 e 9). Por exemplo, o gênero ‘carta’ pode ser explorado com sucesso, tanto na alfabetização de jovens e adultos, como no Ensino Especial (Capítulo 5). Em estudo sobre a correspondência de um grupo de prisioneiros estadunidenses sentenciados à morte, Maybin comenta o seguinte:

Os dados que foram coletados sobre a experiência desse grupo não usual de escritores de cartas têm um interesse intrínseco próprio, ao oferecerem um olhar raro sobre a vida na fileira da morte, na perspectiva dos próprios prisioneiros, e sobre como eles constroem relações mediante a correspondência com pessoas estranhas, do mundo exterior. Os dados são também de interesse num nível mais

1. Todas as traduções apresentadas aqui são de minha autoria.

teórico, tanto em relação à pesquisa do papel da escrita como também a questões mais gerais ligadas ao diálogo, ao pensamento e à identidade. (Maybin 2000, pp. 151-152)

A relação com a alteridade e, por conseguinte, a afirmação da identidade, de ser alguém, de ser agente num contexto sociocultural específico, adquire significado, e é ressignificada pelas práticas sociais e por seus discursos e letramentos (Capítulo 3). Além de construir relações sociais, cartas, em suas diversas formas (comerciais, pessoais e também os aparentados *e-mails* – Capítulo 7), contribuem para manter ou podem romper relações, trazendo informações sobre as práticas de letramento de uma cultura. Scribner e Cole (1981, p. 202), em sua pesquisa sobre o povo Vai e sua escrita, notam que as cartas constituem um gênero discursivo distinto entre os Vai, comunicando informações para a realização de determinadas ações por parte de seus destinatários (compra, venda, empréstimo), ou a organização de eventos na cidade, reuniões de família e visitas.

Por exemplo, a seguinte carta reforça uma relação de compadrio que é característica da cultura brasileira, ligando-se ao passado pelo estilo e grafia do português.

Alto Alegre, 29 de janeiro de 1946²

Sempre lembrada comadre

Joana Silva

Em primeiro lugar dezoje tua felisidade junto ao compadre Souza e Iolanda que sendo assim estarão completos os meus dezoje [...] eu vou passar bem de saúde grasas a Deus [...] muitas saudades de voseis [...]

2. Os nomes do lugar e das pessoas foram substituídos. Agradeço a Cleide Cruz o exemplo.

É preciso, portanto, continuar o debate com novas contribuições da pesquisa científica, com fundamentos teórico-metodológicos (Capítulo 4). É aí que se situam os trabalhos desta coletânea, que se divide em três partes, além da Introdução. A primeira parte, com três capítulos (de Izabel Magalhães, Brian V. Street, e Norman Fairclough), é sobre “Sociedade e Letramento”. O capítulo de Izabel Magalhães, “Letramento, intertextualidade e prática social crítica” discute a relação entre sociedade e letramento, uma relação fundamental que será desenvolvida nos capítulos assinados por Brian V. Street, “Eventos de letramento e práticas de letramento: teoria e prática nos Novos Estudos do Letramento”, e por Norman Fairclough, “A dialética do discurso”. O capítulo de Street é muito didático, esclarecendo os conceitos de eventos e práticas de letramento numa síntese de suas obras anteriores (Street 1984, 1995). O texto de Fairclough, em seguida, fornece elementos para a relação entre letramento, entendido como discurso, e prática social, uma relação necessária ao debate sobre práticas de leitura e de escrita.

A segunda parte, “Letramento e pesquisa etnográfica”, subdivide-se em quatro capítulos (de Kathryn Jones, Marilyn Martin-Jones, e Arvind Bhatt; Izabel Magalhães; Guilherme Rios; e Christine Carvalho). O capítulo de Kathryn Jones, Marilyn Martin-Jones, e Arvind Bhatt, “A construção de uma abordagem crítica, dialógica para a pesquisa sobre o letramento multilíngue – diários de participantes”, aborda, de forma bastante original, um importante instrumento metodológico, os diários de participantes, na pesquisa etnográfica do letramento. Em seguida, o capítulo de Izabel Magalhães, “Letramentos e identidades no Ensino Especial”, apresenta uma pesquisa etnográfica sobre identidades docentes nas práticas de letramento inclusivo, no contexto do Ensino Especial. Esse trabalho foi debatido na reunião anual do Grupo de Trabalho da Anpoll Práticas Identitárias na Linguística Aplicada, na Universidade Fede-

ral de Minas Gerais, em julho de 2010. O capítulo seguinte é assinado por Guilherme Rios, com o título “Usos e valores da leitura e da escrita em duas localidades urbanas socioeconomicamente diferenciadas”. Rios analisa dados de sua pesquisa etnográfica do letramento, realizada no Distrito Federal. O último capítulo da segunda parte, intitulado “Práticas de letramento e a construção discursiva das identidades no contexto virtual de ensino do português”, de autoria de Christine Carvalho, é um estudo etnográfico sobre o ensino de português mediado pela Internet.

O letramento digital estimula a reflexão sobre o futuro dos estudos de letramento e, principalmente, a relação entre os diversos modos de letramento (Baynham e Prinsloo 2009). É oportuno lembrar que o ensino de línguas mediado pela Internet é parte da chamada “virada social”, que pode ser associada ao novo capitalismo (Gee 2000). Conforme Gee:

Admito que, nos anos 1980, quando iniciei minha própria “virada social” (afastando-me da linguística gerativa), considerava a virada social em termos politicamente progressivos, apesar de estar consciente (o que lamentava) de que alguns de seus movimentos não discutiam política abertamente (em parte, eu supunha, porque se pensava que esse tipo de discussão diminuiria o valor “científico” do trabalho). Imagine minha surpresa, então, ao notar que a “virada social” foi prontamente incorporada pelo próprio capitalismo e que o chamado “novo capitalismo” considerava muitos dos movimentos da referida “virada social” de forma bastante positiva – na verdade, financiava alguns deles. (Gee 2000, p. 184)

O comentário de Gee deve merecer nossa atenção porque o ensino tecnologicamente mediado é parte da organização de comunidades de práticas assentadas no conhecimento (Capítulo 7).

Todos na comunidade de prática adquirem conhecimento pela imersão na prática colaborativa; um conhecimento que eles/elas podem não ser capazes de explicar em palavras, mas que podem transmitir a outros pela socialização de novos membros. (Ibid., p. 186)

A crítica de Gee à apropriação da “virada social” pelo novo capitalismo é válida se refletirmos sobre seu significado: o aprofundamento das desigualdades sociais e o desemprego, que podem afetar a grande maioria da população mundial (Capítulo 3). Esse é um tema que precisa ser debatido por todas as pessoas envolvidas no processo educacional: famílias, docentes e autoridades.

A terceira parte, intitulada “Formação de professores”, inclui três capítulos de especialistas na área. O capítulo de Inês Signorini, “Invertendo a lógica do projeto escolar de esclarecer o ignorante em matéria de língua”, aborda o ensino da leitura e da escrita a grupos não-hegemônicos, com a instigante pergunta: é preciso ler e escrever o quê para exercer a cidadania plena? Renato Hilário dos Reis, no capítulo seguinte “O discurso do Projeto Paranoá de Alfabetização de Jovens e Adultos – o alfabetizando e a alfabetizanda como sujeitos de poder, saber e amor”, e Silvine Barbato, no capítulo “A alfabetização de jovens e adultos – princípios do ensino dialógico para a formação de cidadãos e cidadãs críticos”, voltam-se ao tema da alfabetização a quem não teve chance de desenvolver a leitura e a escrita na idade certa.

Referências bibliográficas

- BAYNHAM, M. e PRINSLOO, M. (orgs.) (2009). *The future of literacy studies*. Houndmills, Basingstoke, Hampshire: Palgrave Macmillan.
- BORTONI-RICARDO, S. M. (2005). “Ensinando e aprendendo a ler, escrever e calcular.” *Revista Letra*, Rio de Janeiro, VI (1), pp. 11-13,.
- GEE, J. P. (2000). “The New Literacy Studies: from socially situated to the work of the social”, in: BARTON, D. et al. (orgs.) *Situated literacies. Reading and writing in context*. Londres, Nova York: Routledge, pp. 180-196.
- GRILLO, R. (1989). *Dominant languages*. Cambridge: Cambridge University Press.
- MAYBIN, J. (2000). “Death row penfriends: some effects of letter writing on identity and relationships”, in: BARTON, D. e HALL, N. *Letter writing as a social practice*. Amsterdã: John Benjamins, pp. 151-177.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO (1996). *Projeto Pró-Leitura na Formação do Professor*. Brasília: MEC/Sef.
- SCRIBNER, S. e COLE, M. (1981). *The psychology of literacy*. Cambridge: Harvard University Press.
- STREET, B. V. (1984). *Literacy in theory and practice*. Cambridge: Cambridge University Press.
- _____. (1995). *Social literacies. Critical approaches to literacy in development, ethnography and education*. Harlow, Essex: Longman.